

# Informativo Semanal

#COVID-19



**AJUFE**

18/2

### **Estudante bolsista tem direito ao processo seletivo pelo sistema de cotas**

Após ser aprovado para curso técnico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG) em vaga destinada à cota da rede pública, um estudante teve sua matrícula negada sob a justificativa de não ter ele cursado integralmente o ensino médio em escola pública. Diante dessa circunstância, o aluno acionou a Justiça Federal.

Conforme os autos, o estudante cursou um ano do ensino médio em escola particular na condição de bolsista. Nesses termos, a 6ª Turma do TRF1 entendeu que o estudante faz jus ao direito de matrícula, pois o fato de frequentar instituição de ensino particular por período curto, sendo beneficiário de bolsa de ensino, não é suficiente para excluir o discente do sistema de cotas.

[Continue lendo...](#)

18/2

### **1º Mutirão de Audiências Virtuais de Conciliação do JEF Cível de Belém alcança 59,40% de acordos**

O 1º Mutirão de Audiências Virtuais de Conciliação do Juizado Especial Federal Cível de Belém, realizado de 1º a 11 de fevereiro, alcançou 59,40% de acordos, equivalentes a 256 processos de um total de 431 que foram apreciados durante audiências realizadas em quatro salas virtuais, concentradas no Centro Judiciário de Conciliação (Cejud).

Os 256 acordos celebrados entre as partes e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foram homologados judicialmente, representando a concessão de benefícios no valor total de R\$ 3,681 milhões. Uma das beneficiárias foi Jordelina Pantoja (na foto, à esquerda), de 100 anos, a mais idosa que participou do mutirão. Na audiência, ela esteve acompanhada de sua advogada, Camilla Elizabeth Silva Campos Gonçalves. A procuradora federal Maria Clara Sarubby Nassar também participou da conciliação. Vanessa Aragão atuou como conciliadora.

[Continue lendo...](#)

18/2

### **Instalada a segunda usina fotovoltaica do TRF5**

O Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF5 concluiu os trabalhos de montagem de mais uma usina fotovoltaica. A nova unidade foi instalada no edifício-sede, na cobertura do termoacumulador, sob a coordenação da Subsecretaria de Infraestrutura e Administração Patrimonial (SIAP).

A expectativa é de que a energia obtida com a instalação dos 144 painéis solares seja suficiente para abastecer a área do estacionamento, possibilitando quase 100% de economia. Após a instalação dos equipamentos, serão realizados testes para verificar se o sistema está dentro dos parâmetros elétricos planejados. Além disso, a unidade deverá passar por uma vistoria realizada pela Companhia Energética de Pernambuco (Celpe) - somente após a aprovação, o sistema da usina será interligado à rede da empresa de energia.

[Continue lendo...](#)

18/2

### **TRF2 homologa acordos que somam mais de R\$ 1 milhão em indenização e multas, por pesca que ameaça botos-cinza**

O Centro de Conciliação para Causas Complexas Ambientais do Tribunal Regional Federal da Segunda Região (CCFCA/TRF2) acaba de homologar oito acordos firmados entre o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a indústria pesqueira que atua no litoral fluminense. Somando indenizações e multas, as empresas deverão repassar mais de R\$ 1 milhão para o custeio de projetos ambientais que serão selecionados a partir de edital do MPF.

O CCFCA é vinculado ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF2. Seu objetivo é buscar o consenso entre as partes nos processos em que exista interesse de grande número de pessoas e em que haja relevante impacto social ou ambiental.

[Continue lendo...](#)

18/2

### **TRF3 concede aposentadoria especial a copeira hospitalar**

O desembargador federal David Dantas, da Oitava Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3), reconheceu como exercício

de atividade especial tempo de serviço de uma copeira em ambiente hospitalar e concedeu aposentadoria especial a segurada do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo o magistrado, ficou comprovado no processo que a mulher esteve sujeita a contato com pessoas doentes, vírus e bactérias. Após a sentença conceder a aposentadoria por tempo de contribuição, a segurada ingressou com o recurso no TRF3 para que o período de trabalho de 29/04/1995 a 04/03/2015 fosse reconhecido como especial e a consequente concessão da aposentadoria especial, desde o requerimento administrativo.

[Continue lendo...](#)

18/2

### **Mantida proibição de porte de objetos eletrônicos por advogados dentro de unidades prisionais em SC**

A Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Santa Catarina (OAB-SC) ingressou com um agravo de instrumento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) a fim de reformar uma decisão liminar proferida pela Justiça Federal catarinense. A decisão da 3ª Vara Federal de Florianópolis manteve proibido aos advogados de SC o porte de objetos eletrônicos dentro das unidades prisionais do Estado. Em sessão telepresencial de julgamento realizada na última semana (9/2), a 3ª Turma do TRF4 indeferiu o agravo de instrumento, mantendo válidas as determinações da liminar de primeira instância.

Em agosto de 2020, a OAB-SC ajuizou na Justiça Federal uma ação civil pública contra o Estado de Santa Catarina.

[Continue lendo...](#)

18/2

### **TRF4 julga apelação criminal de executivos da Petrobras e da Odebrecht**

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) julgou na última semana (10/2) a apelação criminal interposta pelo Ministério Público Federal (MPF) e por nove pessoas que haviam sido condenadas em primeira instância pelos crimes de corrupção ativa e passiva e de lavagem de dinheiro em um processo referente à 51ª fase da Operação Lava Jato. Essa foi a 47ª apelação criminal oriunda de ações penais da Lava Lato julgada pela 8ª Turma do TRF4. Entre os réus, estão ex-exe-

cutivos da Petrobras e do Grupo Odebrecht, além de operadores financeiros.

[Continue lendo...](#)

17/2

### **JFRS homologa acordo em ação envolvendo militar que apontou arma para uma mulher**

A 1ª Vara Federal de Santana do Livramento homologou um acordo de não persecução cível em uma ação de improbidade administrativa envolvendo um militar que apontou a arma para uma mulher. O fato aconteceu no município gaúcho de São Gabriel. A sentença, publicada ontem (10/2), é do juiz Lademiro Dors Filho.

Autor da ação, o Ministério Público Federal (MPF) narrou que, em abril de 2017, a mulher conduzia o seu veículo por uma avenida quando, ao tentar cruzar pelo semáforo localizado próximo ao 9º Regimento da Cavalaria, teve a passagem obstruída por militares do Exército que transitavam no local em situação de serviço. A motorista adentrou na via com sinal aberto e buzinou para alertar os transeuntes.

[Continue lendo...](#)

17/2

### **Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região prepara projetos para 2021**

O Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 4ª Região (Sistcon) dedicou os meses de janeiro e fevereiro deste ano a realização de reuniões com o intuito de avançar em projetos e em determinações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Para atingir esses objetivos, o Sistcon conta com a participação da Corregedoria do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), do Centro de Inteligência do Paraná, dos coordenadores regionais dos Centros de Resolução de Conflito (Cejuscons), da Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) da Corte, da Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região (Cojef) e do Grupo de Trabalho da Justiça Restaurativa.

[Continue lendo...](#)

17/2

### **Tribunal mantém proibição de viagem ao exterior a investigada na Lava Jato**

Por unanimidade, a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) negou na

última quarta-feira (10/2) um habeas corpus (HC) em que a defesa de Márcia Mileguir, ré em ação penal no âmbito da Operação Lava Jato, pedia a restituição do seu passaporte e do direito de viajar para fora do Brasil.

Márcia Mileguir é acusada pelo Ministério Público Federal de, junto ao marido, o operador financeiro David Arazi, serem os titulares da offshore Brooklet Holdings e manter contas bancárias na Suíça destinadas ao recebimento de propina pelo ex-diretor de Serviços da Petrobrás, Renato Duque.

[Continue lendo...](#)

17/2

### **JFRS institui comissão de prevenção ao assédio moral e sexual**

A Justiça Federal do RS instituiu, na quarta-feira, (10/2) a Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e ao Assédio Sexual, que terá a importante missão de estabelecer ações de prevenção e realizar o encaminhamento de eventuais ocorrências relacionados ao tema no âmbito da instituição. O grupo heterogêneo é composto por dez pessoas, entre juízes, servidores, estagiário, funcionário terceirizado e advogado. Alguns foram eleitos em votação direta e outros, indicados.

A iniciativa vem atender ao determinado pela Resolução nº 351/20 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pela Resolução nº 66/19 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) e visa promover e cuidar para que o ambiente de trabalho na JFRS seja digno, saudável e seguro. A instituição da Comissão firma o compromisso da Justiça Federal gaúcha em combater práticas de assédio e discriminação cujo resultado afeta a vida do trabalhador ocasionando danos à saúde física e mental.

[Continue lendo...](#)

12/2

### **Justiça Federal condena ex-prefeito de Juazeiro do Norte e corrêus por crimes relacionados ao desvio de verbas públicas**

O juiz federal substituto Fabricio de Lima Borges, da 16ª Vara Federal em Juazeiro do Norte (CE), condenou o ex-prefeito da cidade, Raimundo Antonio de Macedo e outros envolvidos pelos crimes de desvio/apropriação de verbas públicas enquanto prefeito e lavagem de dinheiro.

Segundo a decisão, foi comprovado que, durante o segundo mandato, entre 2013 e 2016, o político e demais corrêus "fabricaram" uma situação de emergência inexistente, de forma a viabilizar dispensa indevida de licitação, no âmbito da Secretaria de Educação do Município de Juazeiro do Norte, cujo objeto consistia na aquisição de gêneros alimentícios para fornecimento da merenda escolar no ano de 2013. Assim, uma "empresa de fachada", uma pequena papelaria situada no subúrbio da cidade de Juazeiro do Norte, foi contratada diretamente pelo município para fornecer itens alimentícios à Secretaria Municipal de Educação, itens estes que foram superfaturados.

[Continue lendo...](#)

12/2

### **TRF3 julga IRDR sobre benefícios**

#### **concedidos antes da Constituição de 1988**

A Terceira Seção do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) decidiu, na quinta-feira (11/02), por maioria de votos, o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) nº 5022820-39-2019.4.03.0000, que trata da readequação de benefícios previdenciários concedidos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 aos tetos instituídos pelas Emendas Constitucionais 20/1998 e 41/2003.

Trata-se do primeiro IRDR com julgamento concluído no âmbito da Justiça Federal da 3ª Região. Milhares de processos individuais em trâmite na Justiça Federal da 3ª Região, que estavam suspensos desde a admissibilidade do IRDR, podem ser solucionados a partir da uniformização da jurisprudência decidida pela Terceira Seção. A Procuradoria Regional Federal da 3ª Região, que representa o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em sustentação oral feita pelo procurador federal Fábio Monnerat, destacou que, segundo o "secretário especial da previdência do Ministério da Economia, o potencial da tese seria até de 1,5 milhões de benefícios (pois estes são o número de benefícios concedidos antes de 88 ativos). Mas é um número nacional, e nem todos os benefícios estão judicializados".

[Continue lendo...](#)



**AJUFE**